

# O PLANO BRASIL NOVO COMO UMA PROPOSTA DE MUDANÇA DE REGIME\*

*Yeda Rorato Crusius\*\**

Eu gostaria de dividir o que vou falar sobre o Plano Brasil Novo em três pontos: as condições enfrentadas em março de 1990, o Plano em si, e as possíveis repercussões de sua implementação.

O primeiro ponto são as condições iniciais até 15 de março, que fazem a diferença entre o Brasil e outros países que já tenham passado por um processo de hiperinflação. A hiperinflação, em qualquer definição possível, pode ser sintetizada numa frase que não é apenas econômica, não é psicológica, não é antropológica, é, sim, um todo. A hiperinflação, ou seja, a manifestação expressa de que os preços estão explodindo, representa a incapacidade de os agentes econômicos negociarem entre si, porque eles perderam a referência de gerência, eles não acreditam mais que exista um sistema de gerência eficiente e passam a negociar entre si, desde o valor de seu trabalho até o da herança que pretendem deixar para os filhos, enfim, negociam o presente e o futuro com base em preços em tendência avassaladora de explosão. A hiperinflação é, então, a perda de confiança na estabilidade do meio em que se vive. Isso se manifesta, em primeiro lugar, nas variáveis econômicas; em segundo tem suas repercussões em todos os campos até a destruição de todo o tecido sócio-econômico que, uma vez destruído, não resulta numa destruição como a que passou a Alemanha dos anos 40. A reforma econômica da Alemanha, em 1948, parece ter dado sustentação, lastro e idéias para este plano chamado Plano Brasil Novo. Mas a Alemanha realmente foi fisicamente destruída, e havia naquele momento no país um "tônus" de redobrada cidadania que sincronizava tudo para a mesma direção, e a direção era: recomeçar, reconstruir. Outra diferença é que a moeda que gerenciou a saída

---

\* Texto revisado pela autora a partir da palestra proferida no Painel: **O Plano Econômico do Governo Collor**, em 20.03.90, no auditório da FEE.

\*\* Professora do Departamento de Economia e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

não foi apenas um marco novo: houve também um grande afluxo de moeda estrangeira.

Mas eu quero falar da hiperinflação que vivíamos em 16 de março, uma hiperinflação diferente da de outros países, porque aqui nós tínhamos como não comprar dólares, comprávamos algo parecido com o dólar, que era a moeda indexada; o que nos fazia diferentes de outras economias era o fato de convivermos muito bem, com sucesso, com a moeda indexada que evitava a corrida para um volume de dólar inexistente para o tamanho do PIB, inexistente para o tamanho das transações brasileiras. Estávamos acomodados a um processo que nos levaria, mais cedo ou mais tarde, se não houvesse uma retomada da condução da política econômica, para a hiperinflação. Realmente, nós convivíamos com uma taxa de inflação de 2% ao mês, fomos para 10%, 50% e estávamos já em 100%. Eu não sei até quanto, em termos de números, o Brasil sustentaria a atividade com a moeda indexada, já que, à medida que dispara a taxa de inflação, qualquer índice de preços passa a perder o sentido como referência para contratos, para trocas. Então, em março, as condições financeiras não eram totalmente deterioradas, as condições econômicas eram de estagnação, e a nossa matriz de (pseudo) poupança continuava funcionando para o nível de produção estagnada e crônico "deficit" público. Nessa condição estrutural derivada da estagnação, de uma falta de dinamismo que reflete a nova divisão internacional do trabalho, não havia motivação para investir no Brasil de maneira a se voltar a ter uma taxa de crescimento de 7%, ou 10% ao ano, como nós já tivemos no passado. Nós, realmente, deixamos de ser importantes, passamos a ser marginais frente ao cenário internacional, o que, sem dúvida nenhuma, impunha que o nosso conserto fosse primeiro interno e que a nossa restrição fosse a externa. Finalmente, no contexto institucional, sem dúvida nenhuma vivíamos um momento no qual o novo gerente havia sido eleito somando votos universais: 1, 2, 3, 4, e 5 e demais votos, expressando claramente a inexpressiva força dos partidos políticos e a organização social esparsa. Mas todos nós votamos pela democracia, e há um novo Presidente, um novo gerente.

Meu segundo ponto é o Plano em si. Chegamos a 16 de março e foi feito instataneamente um pacto, o pacto "a la Indiana Collor"; ele traz a si, ele evoca a si um início de pacto, armando uma verdadeira bomba atômica que, uma vez movimentada além de um certo limite, armar-se-ia, fazendo detonar a hiperinflação e tudo que dela decorre. Seria como uma Alemanha em 1944, pelo grau de destruição que resultaria, inclusive pela destruição da planta de produção física interna. Ele armou um plano genial, em termos políticos, porque deflagra a necessidade de se rediscutir qual é a força de um Congresso Nacional, onde é que o Congresso quer entrar, qual é a força organizada da sociedade expressa pelas suas mais diversas associações. O Plano realmente colocou a todos num "corner":

ninguém pode ir contra ele. Essa é a primeira conclusão definitiva após o estupor do dia 16 de março. Não vou falar do Plano em si além do econômico, mais do que ele ter sido uma contrução política por excelência, só possível num país desorganizado, porque mexe perigosamente no âmago do conceito de cidadania. No que respeita ao econômico, o Plano em si apresenta, em primeiro lugar, aquilo que todos nós economistas concordamos que seria necessário para o fim de uma hiperinflação: muda o regime monetário. Assim, o Governo não pode mais ser financiado pelo Banco Central, tem que se financiar com seus tributos; e o Banco Central agora é o gerente de duas moedas, da moeda velha e da nova, impondo instantaneamente à sociedade metade da liquidez necessária para fazer a economia andar no nível de atividade em que vinha andando, 9% do PIB, ou seja, metade da necessidade de liquidez a preços mais estáveis com que a economia funcionou no passado. Essa brutal restrição de liquidez é a base lógica do Plano que, sem isso, nem mereceria ter sido deflagrado. Foi como ter colocado em fila todos os brasileiros e dizer: tu vinhas sendo traído pela tua mulher e a achavas ruim, a rejeitavas, tu é que estavas tratando mal a tua mulher; enxergada como nova, de repente, ela passa a valer muito. Ou seja, troca-se a moeda, passa-se a tratá-la bem, e a casa se arruma. Os agentes é que estavam tratando mal a moeda velha, porque estavam no perverso jogo da hiperinflação. Esse novo regime de política monetária, essa recuperação da política monetária através do congelamento da moeda chamada especulativa é algo monumental para um país desorganizado. A mudança teria que ser dada através de um choque, não havia outra maneira de iniciar o pacto que agora está começando. Já vimos quantas tentativas de pactos foram frustradas recentemente no País.

Por outro lado, mudou também o regime fiscal, porque não apenas se alteraram alíquotas, mas também a base tributária: todos os setores agora pagam Imposto de Renda, tanto em bases patrimoniais, quanto setoriais, inclusive o setor financeiro, o setor agrícola e todos os que se privilegiavam do anonimato. A proposta é uma mudança de regime, inclusive com a redução do tamanho do Estado através da privatização de estatais e da desregulamentação.

A mudança de regime implica que o Governo, daqui por diante, se dispõe a não gastar além da sua capacidade de arrecadação, ele não vai se financiar junto ao público para fazer seus gastos. Para poder chegar a isso, as medidas administrativas foram pequenas, quem sabe tivessem que ser maiores; quero ver realmente o fim de todos os subsídios e incentivos. Enfim, o que é preciso na mudança do regime fiscal é o que foi feito, muda a base da arrecadação, muda o conceito de renda a ser tributada e muda a maneira como o Estado pode se financiar: ele vai usar o tributo nos seus gastos que não vão poder ser completados pelo Banco Central. Essa limitação da ação do Estado quanto a seus gastos é um dado importantíssimo para fechar a consistência do modelo.

Mudou-se também o regime cambial? Não sei muito bem como será operado o câmbio flutuante, quem é que vai ter acesso, quem é que não vai ter acesso, se o mercado vai realmente funcionar como livre. Mas o regime cambial realmente muda, se câmbio e comércio internacional são liberados e se confirmar que o Banco Central acaba de limitar em apenas 1,5% do PIB as transferências na forma de pagamento da dívida externa este ano e limitar as remessas de dólar para o Exterior. Como o anonimato já foi anulado, a possibilidade de mandar dólar para o Exterior diminui muito em relação ao que era no passado. Se as medidas referentes à área externa forem implementadas, realmente haverá uma mudança radical de regime cambial.

Vamos falar agora da equação da inflação, do que é adequação dos preços aos novos custos na forma de tributo, matéria-prima, câmbio, salários. A adequação dos preços à nova realidade mostrará então se o sistema está consistente, vamos ver o que pode dar certo e o que pode não dar. Mudou o sistema de indexação, e, no sistema de indexação, pelo que eu entendo, os preços passarão a ser limitados pela liquidez, ou seja, pelo mercado. Não é uma estatização, eu não vejo o Plano como estatizante. Os preços ficam limitados pela liquidez — e nisso a lei tem que ser férrea; a Ministra Zélia tem que ser a Thatcher —, e os salários ficam limitados pela livre-negociação. Logo, os salários ficam limitados pela liquidez. A perna central em que se apóia o Plano, a perna de comando é a perna monetária, isto para o curto prazo, e é assim que ele vai regular as metas quantitativas escritas no Plano; então essa mudança de regime de indexação lhe dá uma consistência técnica.

O Plano é tecnicamente genial, tanto é que alguns economistas, como vocês podem ter visto, mostram-se deslumbrados, porque estão vendo descritas pela televisão as aulas de economia que tiveram até o pós-doutorado. Do ponto de vista técnico e teórico é um plano perfeito. Descreve um sistema organizado, respeitador e amante de sua moeda. E o real? O real quem pode me dizer melhor é o antropólogo, o sociólogo. O real é tentarmos ver naquilo que está limitado pela bomba lançada no dia 16 se ela tem condições de fazer com que o comportamento individual, depois o organizacional e depois o coletivo se adaptam a essa limitação; tecnicamente é uma beleza. Ao ser aplicado, tenta recriar o País. Mas ... eram os deuses economistas? Eu acho que, em parte, pensam que sim. Ajudados pelos astronautas.

Um plano desses, com uma capacidade de persuasão monumental, realmente conquista toda uma opinião pública, além da dos economistas. Além disso, assim como eu não quero sair do Rio Grande do Sul, do País, eu quero que dê certo, porque as conseqüências podem ser bastante, digamos, interessantes. No curto prazo, o que ele prometeu vai se cumprir, porque hoje você já vê deflação na rua, é o preço do dólar, do automóvel, do imóvel, enfim, eu já negocio contigo fazendo uma taxa de desconto que é fa-

bulosa devido à restrição da liquidez e pelo impacto, pelo choque realmente. A deflação vem primeiro, imediatamente depois vem a recessão, e a recessão é falta de vendas, falta de compras e, obviamente, a falta de emprego. Então, como o nó dessa bomba está na política monetária e esse é o ponto de controle vital do modelo para curto prazo, a recessão tem que ser muito violenta, ela tem que ser realmente violenta, talvez mais do que a gente possa esperar, para que os preços baixem e se mantenham baixos por um período apreciável.

Hoje nós temos o giro, mas não temos a poupança. Como é que vamos pensar em investimento e em voltar a ter alto o nível de atividade? Para atenuar a recessão, é necessário manter certa liquidez, quer dizer, se precisaria manter a liquidez para manter o nível de atividade, para recuperar o nível de investimentos. Então, o tamanho da recessão vai ser tanto menor, quanto maior for o apoio externo nas formas como ele se expressar daqui para a frente. No curto prazo, deflação, recessão e muito apoio. No médio prazo, vai depender da capacidade de gerência técnica e política do Executivo, em primeiro lugar, e da capacidade de fazer com que para esta parte da população, que é a elite intelectual, aquela que poupou, que ela possa ver se existe um mínimo de equilíbrio entre os poderes. Alguma coisa terá que ser recuperada do "Indiana Collor" pelo Legislativo e pelo Judiciário sem armar a "bomba". Então, é necessária a capacidade de gerência política e o reequilíbrio entre os poderes, um certo equilíbrio de pressões para permitir com que se faça a verdadeira travessia; esses elementos vão determinar a possibilidade do sucesso deste Plano, a médio prazo. No longo prazo, o Governo deve dar indicações de onde investir, e para isso é preciso criar novos instrumentos financeiros. O Governo tem que dar esse sinal, e esse sinal deve vir ao encontro das demandas e das possibilidades.

Já no médio prazo, vamos ter indicações do volume dos primeiros cruzeiros excedentes que a gente for vendo surgir na economia, a partir do dia 31. Já vai se ver, pelo menos de cada salário dos presentes aqui, sobrar alguma coisa; então a questão é saber: aonde é que vai esse dinheiro? O médio prazo, para o qual as primeiras informações eu localizo no mês de abril, vai mostrar se esse câmbio livre, flutuante, pode ter operacionalidade, de maneira que se expresse livremente o mínimo de confiança interna e não se vá correr para um volume de dólar que não existe; o dólar que existe por enquanto é o da exportação que vai ser necessário para a importação e outras despesas externas para manter a atividade e os preços baixos. Então, o médio prazo já vai me indicar se o Plano feriu de morte a inflação, ou se feriu de morte a confiança. Nesse sentido, eu prefiro acreditar que os antropólogos que estudam de uma maneira isenta, os que apenas estudam, mas participam do carnaval, estejam certos, no sentido de que a população brasileira sabe onde é que foi tocada, mas a sua

visão de futuro é muito mais ampla e lúdica do que a sua visão do presente e assim se acomodará a este novo choque. Finalmente, no que respeita às relações externas, com a proposta de mudança de regime cambial, pela liberação de importações, o Plano completa sua consistência técnica no sentido modernizante; é modernizante e capaz de trazer a matriz de preços relativos para uma categoria um pouco mais racional. Se o Plano realmente tiver sucesso, Collor se inscreve no livro da História como aquele que deflagrou no Brasil um gigantesco processo de modernização, que pode pouco a pouco ir ocupando espaços hoje ociosos. Se não der certo, nós vamos ver que iniciamos, com a data de 16 de março, o movimento que a Argentina iniciou há oito anos atrás.